



**ESTRATÉGIA NACIONAL DE  
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## Eixo Gestão



## Diretriz, Objetivos e Iniciativas

A dimensão econômica da sustentabilidade reconhece que as contratações públicas movimentam parcela significativa da economia nacional e podem atuar como vetor estratégico de desenvolvimento. Ao direcionar o poder de compra do Estado para estimular setores produtivos e ampliar a capacidade tecnológica do país, o Eixo Econômico da ENCP contribui para uma agenda de neoindustrialização orientada à geração de emprego, renda e competitividade. Esse movimento reposiciona as compras governamentais como política pública per se, apta a impulsionar investimentos e induzir padrões produtivos mais sustentáveis.

A literatura e as experiências internacionais demonstram que o gasto público, quando utilizado de forma planejada e orientada por critérios econômicos, sociais e ambientais, tem potencial para reorganizar mercados, ampliar a demanda por produtos inovadores e fortalecer empresas nacionais. Ao mesmo tempo, o poder de compra estatal cria condições para que micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e empreendimentos locais acessem novos mercados. Assim, o eixo econômico se entrelaça ao social e ao ambiental, reforçando a interdependência entre competitividade, inclusão e sustentabilidade.

### Diretriz:

Fortalecer e ampliar as capacidades estatais para o uso estratégico do poder de compra do Estado.

### Objetivos:

**Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento;**

Este objetivo estabelece que o uso do poder de compra do Estado deve ser coordenado entre os diferentes níveis de governo e alinhado às demais políticas públicas federais, de modo que as contratações deixem de ser ações isoladas e passem a atuar de forma integrada para promover desenvolvimento econômico, social e ambiental. Trata-se de articular União, Estados e

Municípios, bem como conectar as compras governamentais a políticas industriais, ambientais, sociais e de inovação, garantindo coerência, escala e maior impacto transformador.

**Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente;**

Este objetivo busca ampliar o uso dos instrumentos legais voltados à inovação (como encomendas tecnológicas, compras públicas para solução de problemas, diálogo competitivo e parcerias de desenvolvimento). A intenção é criar um ambiente mais favorável para que o Estado se conecte a startups, universidades, centros de pesquisa e empresas inovadoras, adotando soluções capazes de melhorar políticas públicas, elevar a produtividade e responder a desafios complexos de forma eficiente e criativa.

**Aprimorar a eficiência das contratações públicas.**

Melhoria de processos, redução de custos transacionais, diminuição de retrabalhos e elevação da qualidade da entrega contratada. Eficiência significa executar compras em conformidade com a lei, mas também com agilidade, previsibilidade e melhor relação entre custo e benefício. Isso envolve desde o aprimoramento dos estudos técnicos até a gestão dos contratos.

**Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas.**

Este objetivo reconhece que as contratações públicas precisam ser orientadas por evidências. O uso estruturado de dados (preços, riscos, desempenho de fornecedores, impactos sociais e ambientais, análise de mercado e monitoramento de contratos e de instrumentos como a margem de preferência) é essencial. Ao fortalecer a governança de dados, o Estado aumenta sua capacidade analítica e reduz assimetrias de informação.

**Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica.**

A transformação digital é essencial para ampliar eficiência e integridade. Este objetivo prevê modernizar plataformas, sistemas e ferramentas digitais, integrando bases de dados, simplificando fluxos e automatizando etapas repetitivas. Sistemas mais modernos favorecem compras mais rápidas, mais transparentes e mais interoperáveis entre órgãos, fortalecendo também a fiscalização e o controle.

### **Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos**

Capacitação é um eixo estruturante da ENCP. Este objetivo propõe criar ações de formação em contratações públicas (para servidores e fornecedores) que assegure atualização permanente, alinhamento às melhores práticas e desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais. A formação amplia a capacidade de adoção, pelos órgãos e entidades, de compras mais sustentáveis, inovadoras e estratégicas.

### **Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas.**

Este objetivo reforça a importância de uma relação mais transparente e estruturada entre governo e fornecedores. Diálogos prévios, consultas abertas, painéis setoriais e mecanismos de escuta ativa permitem ao Estado e ao mercado uma melhor conexão.

Conheça as iniciativas relacionadas a cada objetivo específico:

### **Objetivo G1: Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento**

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
------------	-----------	-----------------	------------

<b>G1.1</b>	Criar mecanismo de governança no tema de contratações públicas para gerar alinhamento de atuação com relação ao tema entre União, Estados e Municípios	<b>G1.1.1</b>	Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estaduais e setor privado à ENCP
		<b>G1.1.2</b>	Regulamentar a criação de um plano de ação de contratações públicas em nível estadual e municipal
		<b>G1.1.4</b>	Incentivar a integração dos instrumentos de planejamento das cidades ao plano de contratações públicas em nível municipal.
		<b>G1.1.5</b>	Criar incentivos para entes federados que promovam mais redução de desigualdades regionais por meio de contratações públicas.
		<b>G1.1.6</b>	Integrar nas políticas de desenvolvimento territoriais as demandas de contratações públicas.
		<b>G1.1.7</b>	Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias
<b>G1.2</b>	Construir junto aos órgãos de controle entendimentos jurídicos comuns sobre contratações públicas	<b>G1.2.1</b>	Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas
		<b>G1.2.2</b>	Incentivar a criação de um fórum para compartilhamento de práticas e elaboração de pareceres não vinculantes entre ATRICON, MP, AGU/PGEs/PGMs e CICs.

**Objetivo G2: Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente**

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
------------	-----------	-----------------	------------

<b>G2.1</b>	Criar instrumentos e mecanismos para incentivar a inovação em contratações públicas	<b>G2.1.1</b>	Criar programa de reconhecimento e premiação para práticas sustentáveis e inovadoras em compras.
		<b>G2.1.2</b>	Promover co-contratação interfederativa de soluções inovadoras, por meio de compras compartilhadas, adesão a atas de registro de preços e consórcios públicos para ganho de escala e aceleração da difusão tecnológica.
		<b>G2.1.3</b>	Criar plataforma nacional de desafios públicos para divulgar demandas, promover cooperação interfederativa e facilitar o desenvolvimento e a adoção de soluções pelo mercado e pelos órgãos públicos.
		<b>G2.1.4</b>	Apoiar iniciativas que ofereçam orientações técnicas, operacionais e jurídicas sobre compras de inovação
		<b>G2.1.5</b>	Regulamentar mecanismos de partilha de riscos para inovação
		<b>G2.1.6</b>	Criar sandbox regulatório em contratações públicas, com ambientes controlados para testar modelos inovadores com salvaguardas jurídicas.
		<b>G2.1.7</b>	Incentivar contratações de inovação que mitiguem ou reduzam o impacto socioambiental de produtos e serviços, com foco em circularidade.
		<b>G2.1.8</b>	Regulamentar instrumentos para incentivar as contratações públicas de inovação
<b>G2.2</b>	Direcionar a atuação de ICTs para o tema de contratações públicas de inovação	<b>G2.2.1</b>	Incentivar prototipagem e certificação de tecnologias nacionais desenvolvidas no âmbito de contratos públicos por ICTs.
		<b>G2.2.2</b>	Fomentar o desenvolvimento de programas de soluções de inovação para contratações públicas por parques tecnológicos e ICTs.
<b>G2.3</b>	Incorporar aos fundos públicos já existentes incentivos para contratações públicas de inovação	<b>G2.3.1</b>	



<b>G2.4</b>	Consolidar e Ampliar o Contrata+ como sistema de contratações públicas	<b>G2.4.1</b>	Evoluções de Sistema do Contrata+
		<b>G2.4.2</b>	Maratona de Ciências Comportamentais para Contrata+
<b>G2.5</b>	Criar banco de boas práticas em contratações públicas, dos setores público e privado	<b>G2.5.1</b>	Criar seção especial para Contratações Públicas no VitrineGov com one pages / flipbooks das boas práticas e mapa de problemas e soluções

### Objetivo G3: Aprimorar a eficiência das contratações públicas

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
<b>G3.1</b>	Aprimorar o processo de planejamento das contratações públicas	<b>G3.1.1</b>	Exigir planejamento antecipado para compras agregadas federais, para promover o adequado atendimento da demanda governamental e a organização da indústria.
		<b>G3.1.2</b>	Integrar os instrumentos de planejamento de contratações públicas (PCA, PLS) aos planos de ação da ENCP.
		<b>G3.1.3</b>	Integrar os instrumentos de planejamento orçamentário aos planos de ação da ENCP.
<b>G3.2</b>	Internalizar nas contratações públicas a gestão de riscos (climáticos, econômicos, geopolíticos, sociais, logísticos etc.)	<b>G3.2.1</b>	Criar estratégias para reduzir a dependência estrangeira nas contratações públicas (análise de risco estratégico)
		<b>G3.2.2</b>	Regulamentar a exigência de que entes federados apresentem plano de logística a partir de suas demandas de contratações
		<b>G3.2.3</b>	Propor regramento para contratações públicas em situações de medidas de exceção, emergência ou calamidade.

		<b>G3.2.4</b>	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos.
		<b>G3.2.5</b>	Criar processo de gestão de insumos críticos ao longo da cadeia de suprimentos.
		<b>G3.2.6</b>	Integrar aos instrumentos de planejamento, implementação e execução de contratações públicas a análise de riscos.
		<b>G3.2.7</b>	Fortalecer os processos de fiscalização das regras de proteção ambiental quando aplicadas às contratações públicas.
<b>G3.3</b>	Revisar modelos padronizados de artefatos (ETP, edital, TR, minuta contratual etc) para que estes demonstrem alinhamento às diretrizes e aos objetivos da ENCP.	<b>G3.3.1</b>	Adotar nos modelos contratuais linguagem simplificada e acessível para MEs e EPPs.
<b>G4.4</b>	Incentivar a adoção dos sistemas de gestão de contratações públicas do governo federal		
<b>G3.5</b>	Assegurar a implementação das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previstas em na Lei nº14.133, de 2021.	<b>G3.5.1</b>	Evolução do PNCP

#### Objetivo G4: Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas

<b>Cód. Macro</b>	<b>Macroação</b>	<b>Cód. Iniciativa</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G4.1</b>	Implantar Observatório Interfederativo de Contratações para coordenar o monitoramento da ENCP e desenvolver estudos sobre contratações públicas	<b>G4.1.1</b>	Estabelecer, monitorar e divulgar indicadores e metas de desempenho da ENCP
		<b>G4.1.2</b>	Desenvolver Índice de Maturidade em Compras para órgãos e entidades



		<b>G4.1.3</b>	Criar no Observatório Interfederativo de Contratações, painel nacional de riscos com indicadores preditivos e alertas para gestores e órgãos de controle.
		<b>G4.1.4</b>	Criar comitê para governança e gestão de dados de contratações públicas.
<b>G4.2</b>	Criar engenharia de dados de Compras Públicas	<b>G4.2.1</b>	Identificar e priorizar questões de negócio que possam ser respondidas por meio de análises baseadas em dados, apoiando decisões estratégicas e operacionais.
		<b>G4.2.2</b>	Desenvolver infraestrutura e processos de engenharia de dados para consolidar, integrar e disponibilizar informações estratégicas ao observatório, apoiando análises e estudos.
		<b>G4.2.3</b>	Disponibilizar ferramentas e diretrizes para acesso seguro e controlado aos dados do observatório, conforme o perfil e a necessidade de cada tipo de usuário (parceiros, fornecedores, academia etc.).
		<b>G4.2.4</b>	Criar laboratório de dados abertos, promovendo desafios, hackathons e cooperação entre universidades e governo.
<b>G4.3</b>	Estabelecer indicadores e metas de desenvolvimento econômico, social e ambiental e de resiliência climática (mitigação e adaptação de emissões) no Plano Diretor de Logística Sustentável.	<b>G4.3.1</b>	Utilizar bases de dados estruturadas e modelos analíticos para informar decisões de compras sustentáveis e políticas de incentivo com evidências concretas.
		<b>G4.3.3</b>	Desenvolver metodologia para medir impacto socioambiental das compras públicas
		<b>G4.3.4</b>	Implementar o rastreamento de critérios ambientais nos contratos públicos em alinhamento com planos nacionais

		<b>G4.3.5</b>	Painel de acompanhamento de impacto econômico dos fornecedores nas compras públicas (emprego, renda, sobrevivência empresarial). (Sub: metodologia e periodicidade)
<b>G4.4</b>	Desenvolver o Modelo de Análise de Impacto Regional Socioeconômico e Ambiental – MIRA	<b>G4.4.1</b>	Fazer parcerias para obtenção de dados necessários ao desenvolvimento do MIRA, tais como notas fiscais, dados sobre empregados (RAIS) dos fornecedores do governo etc.
		<b>G4.4.2</b>	Utilizar o MIRA para realizar simulações de impacto a partir de vetores de choque de interesse
		<b>G4.4.3</b>	Disponibilizar o MIRA para parceiros, com documentação de uso
		<b>G4.4.4</b>	Elaborar estudos a partir dos resultados das simulações do MIRA
<b>G4.5</b>	Compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas prevista na Lei nº 14.133/2021	<b>G4.5.1</b>	Desenvolver parceria com Receita Federal do Brasil a fim de compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas
		<b>G4.5.2</b>	Criar metodologia para utilização da base nacional de notas fiscais eletrônicas para pesquisa de preço em contratações públicas
		<b>G4.5.3</b>	Coordenar a publicação dos dados de notas fiscais eletrônicas referentes a contratações públicas para fins de transparência ativa

### Objetivo G5: Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica

<b>G5.1</b>	Aprimorar experiência do usuário nos sistemas de compras e contratos	<b>G5.1.1</b>	Criar módulo do Contratos.gov.br para contratos por desempenho, com metas, monitoramento contínuo e pagamentos vinculados a resultados.
		<b>G5.1.2</b>	Integrar sistemas de dados com a execução e fiscalização contratual, incluindo medições, fotos, georreferenciamento e IoT quando aplicável.

		<b>G5.1.3</b>	Implantar módulo nacional de gestão de riscos contratuais, com alertas automáticos, controle de prazos e geração de relatórios em tempo real.
		<b>G5.1.4</b>	Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e conformidade de documentos de compras.
		<b>G5.1.5</b>	Criar módulo de gestão de garantias contratuais, com acompanhamento automático de prazos, valores e liberações.
		<b>G5.1.6</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão e execução de contratos considerando indicadores dos ODS e ASG.
		<b>G5.1.7</b>	Adotar padrões abertos e software livre quando vantajoso, disponibilizando catálogo federal de padrões e componentes reutilizáveis.
		<b>G5.1.8</b>	Realizar mapeamento F5 Anti-Sludge com usuários do Contrata+
<b>G5.2</b>	Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social	<b>G5.2.1</b>	Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social
		<b>G5.2.2</b>	Disponibilizar ferramenta nacional para gestão de planos de neutralização de carbono.
		<b>G5.2.3</b>	Desenvolver módulo de simulação de cenários e projeção de impactos para compras sustentáveis, integrado às etapas de planejamento.
		<b>G5.2.4</b>	Incluir marcador de contratações que contribuam para metas da Nova Indústria Brasil - NIB no processo de acompanhamento das contratações públicas.
<b>G5.3</b>	Ofertar ferramentas que confirmem previsibilidade sobre as compras dos governos para o setor privado	<b>G5.3.1</b>	Aprimorar as plataformas digitais de compras públicas, ampliando os canais de interação direta entre governo e fornecedores e integrando informações sobre capacitação, habilitação e reconhecimento.

		<b>G5.3.2</b>	Desenvolver sistema integrado de inteligência de mercado em compras públicas, com painéis digitais e relatórios periódicos sobre tendências de demanda, preços e oferta
<b>G5.4</b>	Harmonizar catálogos e códigos nacionais por meio de comitê técnico com TCU, CGU e IBGE, adotando nomenclatura única e integração ao PNCP.	<b>G5.4.1</b>	Harmonizar catálogos e códigos nacionais por meio de comitê técnico com TCU, CGU e IBGE, adotando nomenclatura única e integração ao PNCP.

**Objetivo G6: Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos**

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
<b>G6.1</b>	Estruturar sistema de certificação em contratações públicas para servidores	<b>G6.1.1</b>	Promover a formação de servidores públicos em contratações públicas sustentáveis.
		<b>G6.1.2</b>	Criar programa de Cursos Técnicos com IFs e MEC para oferta regular de cursos técnicos (IFs) em contratações públicas para formar futuros agentes de contratação e fornecedores.
		<b>G6.1.3</b>	Estabelecer requisitos mínimos de capacitação e atualização periódica para profissionais da área conforme a função

	<b>G6.1.4</b>	Exigir, como parte do processo de formação obrigatória de agentes públicos, o uso de simuladores e laboratórios de compras para treinamento de funções relacionadas com contratações públicas.
	<b>G6.1.5</b>	Disponibilizar material com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores.
	<b>G6.1.6</b>	Criar rede nacional de instrutores certificados em contratações públicas.
	<b>G6.1.7</b>	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais
	<b>G6.1.8</b>	Fomentar a criação de núcleos estaduais de apoio técnico itinerante para capacitação local.
	<b>G6.1.9</b>	Realizar capacitações conjuntas para órgãos de diferentes esferas.
	<b>G6.1.10</b>	Criar programa de formação no tema de propriedade intelectual aplicado às contratações públicas de inovação.
	<b>G6.1.11</b>	Criar capacitações sobre certificações ambientais aplicadas às contratações públicas
	<b>G6.1.12</b>	Orientar acerca da aplicação de critérios de qualidade nos produtos como diferencial técnico.
	<b>G6.1.13</b>	Promover capacitação e conscientização sobre impacto socioambiental nas compras públicas.
	<b>G6.1.14</b>	Instituir função gratificada específica para pregoeiros e agentes de contratação, reconhecendo a complexidade e a responsabilidade dessas atividades.
	<b>G6.1.15</b>	Elaborar guia de uso de evidências com padrões de análise, mitigação de vieses e tomada de decisão responsável.
	<b>G6.1.16</b>	Formar lideranças e alta gestão em compras públicas com foco em risco, evidências e valor público.

<b>G6.2</b>	Criar soluções digitais para capacitação	<b>G6.2.1</b>	Criar plataforma de capacitação digital contínua para agentes de contratação e fornecedores, com cursos gamificados e certificação automática.
		<b>G6.2.2</b>	Criar a Plataforma Nacional de Conhecimento em Compras Sustentáveis (PNCCS) - Portal único com: modelos de ETP/TR/Edital por tipo de objeto, biblioteca de especificações sustentáveis, repositório de boas práticas e soluções com código aberto.

**Objetivo G7: Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas.**

<b>Cód. Macro</b>	<b>Macroação</b>	<b>Cód. Iniciativa</b>	<b>Iniciativa</b>
<b>G7.2</b>	Criar mecanismos de diálogo com fornecedores	<b>G7.2.1</b>	Permitir a captação da avaliação sobre a experiência do processo de fornecimento para o governo
		<b>G7.2.2</b>	Instituir mecanismos de escuta ativa dos fornecedores para fortalecer a confiança entre setor público e privado promovendo melhora contínua das contratações públicas
		<b>G7.2.3</b>	Promover iniciativas de interação inovadora com fornecedores, incluindo hackathons, rodadas de negócios regionais e publicações de casos de sucesso em compras públicas



		<b>G7.2.4</b>	Promover programas de diálogo setorial entre governo, órgãos de compras e setor privado, incluindo intercâmbio de experiências
		<b>G7.2.5</b>	Estabelecer canal oficial de comunicação digital entre fornecedores e órgãos públicos, com registro de interações e integração aos processos licitatórios.
<b>G7.3</b>	Criar cadastro positivo de fornecedores	<b>G7.3.1</b>	Criar "atestado de desempenho de execução de contratos por parte de MEIs, MEs e EPPs", incentivando a sua contratação.
		<b>G7.3.2</b>	Apoiar fornecedores para obtenção de certificações e selos de qualidade e sustentabilidade.
		<b>G7.3.3</b>	Criar programa de avaliação e certificação voluntária de fornecedores, reconhecendo boas práticas de conformidade, capacidade de entrega e desempenho em contratações públicas.
<b>G7.4</b>	Aumentar o acesso de fornecedores às contratações públicas	<b>G7.4.1</b>	Mapear o processo de contratações públicas, visando simplificar o processo para produtores nacionais e MEs e EPPs.
		<b>G7.4.2</b>	Simplificar o processo de habilitação de fornecedores em contratações públicas
		<b>G7.4.3</b>	Simplificar a comprovação de capacidade técnica das ME e EPP.
		<b>G7.4.4</b>	Realizar e fomentar ações de desenvolvimento para fornecedores de grupos subrepresentados para ampliar o acesso às compras públicas
		<b>G7.4.5</b>	Criar painel público com ranking de fornecedores sustentáveis contratados pela administração.
		<b>G7.4.6</b>	Promover a busca ativa de fornecedores nacionais para contratações públicas